

3 Nomes próprios: a teoria descritivista

Sinopse

Russell parece ter refutado a teoria referencial do significado das descrições definidas, mostrando que as descrições não são genuinamente termos singulares. Talvez isto não seja assim tão surpreendente, dado que as descrições são expressões complexas, pois têm partes com significado independente. Mas seria natural continuar a pensar que os nomes próprios comuns são genuinamente termos singulares. Contudo, os quatro quebra-cabeças — sobre inexistentes, existenciais negativas, etc. — surgem tão insistentemente no caso dos nomes próprios como no caso das descrições.

Frege ofereceu soluções para os quebra-cabeças propondo que um nome tem um *sentido* além do seu referente, sendo o sentido um “modo de apresentar” o referente do termo. Mas disse pouquíssimo sobre o que são os “sentidos” e como funcionam efectivamente.

Russell resolveu este problema argumentando, bastante persuasivamente, que os nomes próprios comuns são na verdade descrições definidas disfarçadas. Esta hipótese permitiu-lhe resolver os quatro quebra-cabeças dos nomes próprios alargando a sua teoria das descrições de modo a abrangê-los.

Contudo, a tese de Russell de que os nomes próprios são semanticamente equivalentes a descrições enfrenta fortes objecções: por exemplo, é difícil encontrar uma descrição específica que seja equivalente a um dado nome, e as pessoas para as quais um mesmo nome exprime diferentes descrições estariam a falar em dessintonia quando tentassem discutir a mesma pessoa ou coisa. John Searle propôs uma teoria descritivista dos nomes próprios menos rígida, a teoria “dos agregados” que evita as objecções iniciais à perspectiva de Russell. Mas Saul Kripke, entre outros, reuniram objecções complementares que se tanto se aplicam à teoria menos rígida de Searle quanto à de Russell.

Frege e os quebra-cabeças

Podemos ter concordado com Russell que a teoria referencial do significado é falsa no que respeita às descrições por as descrições não serem realmente termos (logicamente) singulares, mas podemos continuar a sustentar a teoria referencial no que respeita aos nomes próprios em si. Certamente que os *nomes* são apenas nomes; têm o significado que têm simplesmente porque designam as coisas particulares que designam, e porque introduzem esses *designata* no discurso. (Chamemos a tal expressão um nome *milliano*, pois John Stuart Mill (1843) parece ter defendido a perspectiva de que os nomes próprios são meramente etiquetas de pessoas ou objectos individuais, não dando outra contribuição para os significados das frases nas quais ocorrem senão a dos próprios indivíduos.) Mas recorde-se a nossa objecção inicial à teoria das descrições de Russell: apesar de esta teoria ter tido como única motivação os quatro quebra-cabeças, estes não são específicos das des-

crições definidas, pois surgem com igual insistência — para não dizer *previamente* — também no caso dos nomes próprios.

Frege teve precedência sobre Russell na tentativa de solução dos quebra-cabeças. Já vimos o que Frege disse sobre a referência aparente a inexistentes:

- 1) James Moriarty é calvo.

é dotada de significado porque o nome “James Moriarty” tem um “sentido” além do seu suposto referente, ainda que não exista de facto qualquer referente. De facto, nada é referido ou *denotado* pelo nome, mas o sentido é “expresso” pelo nome.

Para Frege, o “sentido” era, aproximadamente, um particular “modo de apresentar” o suposto referente do termo. Apesar de o próprio sentido ser uma entidade abstracta e não mental ou psicológica, reflecte a concepção ou maneira que uma pessoa tem de pensar no referente. Frege exprimia por vezes os sentidos na forma de descrições definidas; por exemplo, o sentido do nome “Aristóteles” poderia ser “O discípulo de Platão e professor de Alexandre Magno,” ou “O professor estagirita de Alexandre” (Frege 1892^b: 58n). Um sentido determina univocamente um referente, mas múltiplos sentidos podem determinar o mesmo referente.

Vejamos agora como Frege atacou os outros três quebra-cabeças.

EXISTENCIAIS NEGATIVAS

- 2) Pégaso nunca existiu.

Como nos outros casos, 2 parece verdadeira e parece que é sobre Pégaso, mas se é verdadeira, não pode ser sobre Pégaso... Note-se que há aqui uma complicação pior do que a que surgia apenas com o problema da referência aparente a inexistentes: ao passo que 1 é dotada de significado apesar da inexistência de James Moriarty, 2 não é apenas dotada de significado apesar da inexistência de Pégaso: é efectivamente verdadeira e é uma verdade importante.

A ideia de sentidos como modos particulares de apresentação permite a Frege pelo menos uma solução aparente do problema das existenciais negativas (apesar de não ser evidente nem que esta tenha sido realmente a sua posição nem que possamos dar-lhe precisão): pode-se tomar 2 como querendo dizer aproximadamente que o sentido de “Pégaso,” a concepção de um cavalo alado montado por Belerofonte não tem referente — nem sequer um referente “inexistente.” Nada na realidade responde a esse sentido.¹

¹ Meinong (como mencionei no capítulo 2) teria insistido que existe um cavalo alado, chamado “Pégaso,” e que a frase 2 predica realmente a inexistência desse cavalo particular. Deste ponto de vista, 2 é precisamente como “Pégaso nunca comeu alfafa”; existir é algo que o leitor e eu fazemos porque tivemos sorte, mas que Pégaso não conseguiu fazer, independentemente de qualquer um de nós ter tido qualquer possibilidade de escolha.

Nem Frege nem Russell podiam aceitar esta perspectiva (apesar de Russell a ter levado uma vez muito

A razão pela qual esta ideia não é evidente é que para Frege um nome só “expressa” o seu sentido, mas não o denota. Assim, 2 não é literalmente sobre o sentido de “Pégaso,” e não diz sem hesitação que esse sentido não tem referente, apesar de os filósofos saberem isso quando sabem que 2 é verdadeira.

O QUEBRA-CABEÇAS DE FREGE

- 3) Mark Twain é Samuel Langhorne Clemens

contém dois nomes próprios que seleccionam ou denotam a mesma pessoa ou coisa e por isso 3 devia ser trivialmente verdadeira — se os nomes forem millianos. Contudo, como aconteceu anteriormente, 3 parece informativa e contingente. (Um exemplo ficcional é “O Super-Homem é o Clark Kent”; segundo a saga de banda desenhada do Sr. Jerry Siegel, os milionários diletantes gastaram tempo e dinheiro para tentar descobrir a identidade secreta do Super-Homem.)

Segundo a perspectiva de Frege, apesar de os dois nomes em 3 seleccionarem um referente comum, “apresentam” esse indivíduo de modos diferentes; têm sentidos destacadamente diferentes. E aquilo a que Frege chama “significado cognitivo” pertence ao sentido, e não há referência. Eis o que escreve Frege:

Quando descobrimos que “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” têm valores cognitivos diferentes, a explicação é que para fins cognitivos, o sentido da frase, *viz.*, o pensamento por ela expresso, não é menos importante do que a referência [...] Ora, se $a = b$, então na verdade a referência de “ b ” é a mesma de “ a ,” e consequentemente o valor de verdade de “ $a = b$ ” é o mesmo de “ $a = a$.” Apesar disto, o sentido de “ b ” pode diferir do de “ a ,” e assim o pensamento expresso por “ $a = b$ ” pode diferir do de “ $a = a$.” Nesse caso, as duas frases não têm o mesmo valor cognitivo.

(1892^b: 78)

(Mas não nos diz como pode “ $a = b$ ” ser *contingente*.)

SUBSTITUIBILIDADE

- 4) O Alberto acredita que Samuel Langhorne Clemens tinha menos de um metro e meio de altura.

Mas fazer “Mark Twain” substituir “Samuel Langhorne Clemens” em 4 produz uma falsidade; como no capítulo anterior, a posição ocupada pelo termo singular regido por “acredita que” é referencialmente opaca. Se os nomes fossem millianos, e nenhuma contribuição dessem além da introdução dos seus referentes no discurso, a substituição não deveria fazer qualquer diferença e a posi-

a sério); é muito mais plausível pensar que 2 significa, ao invés, que o mito era apenas um mito, que não existiu qualquer cavalo alado que Belerofonte tenha montado.

ção seria transparente.

Aqui, Frege faz uma jogada engenhosa. O problema, recorde-se, era que a opacidade era induzida pela construção “acredita que,” dado que o que se segue não é em si opaco. Dado a crença ser uma questão cognitiva, Frege supôs que seriam os sentidos das expressões que se seguem ao operador de crença a determinar o valor de verdade de uma frase de crença, e não meramente os referentes. Frege sugere conseqüentemente que o que o operador faz é mudar a referência do nome em particular: no interior de “acredita que,” o nome não refere, como habitualmente, a pessoa Clemens/Twain, mas o seu próprio sentido. É por isso que o resultado de fazer “Mark Twain” substituir em 4 tem um valor de verdade diferente: no contexto da crença, “Mark Twain” refere o *seu* sentido, que é diferente do de “Samuel Langhorne Clemens.”

Assim, a distinção de Frege entre referência e “sentido” permite-lhe responder a cada um dos quebra-cabeças. E as suas soluções parecem boas, pelo menos em si mesmas: os nomes contribuem com um significado de um género qualquer, para lá dos seus referentes, e é isso evidentemente que faz as diferenças onde as vemos. Mas as soluções parecem boas, suspeito, em virtude da sua natureza esquemática. Frege chama “sentido” ao significado acrescentado, mas pouco mais diz sobre isso (nem sobre “expressar” por oposição a denotar, “importância cognitiva,” e outras). Em particular, não diz que género de significado é nem que contribuição positiva tem. Isto parece-se mais com pôr etiquetas do que resolver o problema. (Mas consideraremos uma efectivação da perspectiva de Frege muito mais substancial e testável no capítulo 10.)

Talvez possamos aceitar a sugestão complementar de Frege de que os nomes podem ter os sentidos *de descrições*. Foi isso mesmo que fez Russell, o que o conduziu a uma abordagem muito rica dos quebra-cabeças.²

A TESE DOS NOMES DE RUSSELL

A resposta de Russell é tanto brilhante quanto objecto de forte defesa. Russell dá a volta e oferece uma nova tese, a que chamo a tese dos nomes. A tese é que os nomes próprios quotidianos *não são realmente nomes*, pelo menos não são nomes millianos genuínos. Parecem nomes e soam a nomes quando os dizemos em voz alta, mas não são nomes a nível da forma lógica, onde as propriedades lógicas das expressões são postas a nu. De facto, sustenta Russell, são equivalentes a descrições definidas. Na verdade, afirma que “abreviam” descrições, e parece que quer dizer isso assaz literalmente.

Assim, Russell introduz uma segunda distinção semântica entre aparência e realidade; tal como as descrições definidas são termos singulares apenas no sentido da gramática de superfície, o mesmo ocorre — mais surpreendentemente — até com os nomes próprios comuns. Neste caso, é claro, a diferença é mais dramática. Se olharmos para uma descrição definida sem sermos tenden-

² Contudo, não se pense que a teoria de Russell é apenas uma variante da de Frege. Há várias diferenças importantes entre as duas, e têm diferentes conjuntos de pontos fortes e fracos.

ciosamente referencialistas, vemos que tem alguma estrutura conceptual, nela ocorrendo palavras que têm significado por si mesmas e que parecem contribuir para o seu significado geral. Por isso não é muito surpreendente que se diga que subjacente à aparência simples da palavra “o,” há material quantificacional. Mas agora diz-se o mesmo sobre um tipo de expressão que parece conceptualmente simples.

Se a tese dos nomes for verdadeira, a solução de Russell para os quatro quebra-cabeças é afinal generalizável — porque nos limitamos a trocar os nomes pelas descrições definidas que eles exprimem e depois procedemos como no capítulo 2; as soluções de Russell aplicam-se tal como antes (pensemos ou não desde o início que são boas). Assim, os nomes têm realmente o que Frege concebia como “sentidos,” que podem diferir apesar de terem o mesmo referente, mas Russell analisa-os, em vez de os tomar como itens primitivos de um qualquer género abstracto.

É importante ver que a tese dos nomes é inteiramente independente da própria teoria das descrições. (Usa-se muitas vezes a expressão “Teoria das descrições de Russell” aglomerando várias coisas diferentes em que Russell acreditava, incluindo a tese dos nomes.) Mas pode-se aceitar qualquer das doutrinas ao mesmo tempo que se rejeita a outra: alguns teorizadores sustentam a teoria das descrições como uma teoria das próprias descrições definidas, ao mesmo tempo que rejeitam completamente a tese dos nomes; é menos comum, mas pode-se aceitar a tese dos nomes e sustentar uma teoria das descrições diferente da de Russell.

Para apoiar a teoria das descrições, Russell apresentou um argumento directo; e depois exaltou o poder da teoria para resolver quebra-cabeças. Russell exalta analogamente o poder explicativo da tese dos nomes, pois dá à sua teoria dos nomes próprios o mesmo poder para resolver quebra-cabeças — quebra-cabeças que pareciam consideravelmente mais intratáveis no caso dos nomes do que no caso das descrições. Mas também oferece pelo menos um argumento directo, e um segundo extrai-se facilmente dos seus escritos.

Primeiro, recorde-se a defesa directa de Russell da sua teoria das descrições definidas: Russell sustenta que uma frase que contenha uma descrição definida implica mesmo intuitivamente cada uma das três cláusulas que constituem a sua análise, e as três cláusulas conjuntamente implicam a frase. Russell argumenta agora que o mesmo é verdade quanto às frases que contêm nomes próprios.

Tome-se um dos casos mais difíceis, uma existencial negativa. 2 (“Pégaso nunca existiu”) é efectivamente verdadeira. O que poderá então querer dizer? Não selecciona uma coisa existente e assere falsamente que a coisa é inexistente; nem selecciona uma entidade meinongiana negando depois a sua existência. Limita-se a assegurar-nos do facto de que tal cavalo alado não existiu. De modo semelhante, “Sherlock Holmes nunca existiu” significa que nunca houve efectivamente um detective inglês lendário que viveu no número 221B da Rua Baker, etc. Isto é muito plausível.

O segundo argumento directo (nunca formulado explicitamente, tanto quanto sei) chama a atenção para um tipo de questão de clarificação. Suponha-se que o leitor ouve alguém dizendo um nome, digamos “Lili Boulanger,” sem saber de quem se está a falar. O leitor pergunta de quem se

está a falar, e dão-lhe a resposta “Oh, a primeira mulher a ganhar o Prémio de Roma, em 1913, com a cantata *Faust et Hélène*”; e isto é uma resposta apropriada. O leitor perguntou porque, num certo sentido, não compreendeu o nome que ouviu. Para o compreender, teve de fazer uma pergunta de tipo “quem,” e a resposta teve de ser uma descrição. (Dar meramente um segundo nome próprio de Boulanger não seria adequado, a menos que o leitor tivesse previamente associado esse nome à descrição.)

Ou poderíamos usar as perguntas de tipo “quem” como uma espécie de teste, a que se poderia chamar “teste de identificação.” Suponha-se que o leitor tinha usado o nome “Wilfrid Sellars,” e eu volto-me subitamente e pergunto “Quem é Wilfrid Sellars?” Tudo o que o leitor pode responder, tudo o que lhe ocorre, é “Hum, o famoso filósofo de Pittsburgh que escreveu aqueles livros muitíssimo densos” ou algo do género. Em geral, quando se pergunta “De quem estás a falar [ou do quê]?” depois de termos usado um nome, surge-nos imediata e instintivamente uma descrição, oferecida como explicação do que queríamos dizer.

John Searle (1958) fez um apelo semelhante no que respeita à aprendizagem e ao ensino: como se ensinar um nome próprio novo a uma criança, e como aprendemos a referência de um nome particular usado por outra pessoa? No primeiro caso, apresentamos uma ou mais descrições; no segundo, obtemo-las.

Estes são fenómenos muito robustos; assim, a tese dos nomes não é apenas uma medida desesperada para resolver os quatro quebra-cabeças aplicáveis aos nomes próprios.

Russell diz agressivamente que os nomes “abreviam” descrições, como se fossem apenas *abreviaturas* das descrições, como “EUA” e a abreviatura de “Estados Unidos da América.” Isto é demasiado forte. Tudo o que Russell realmente precisa para os seus propósitos analíticos é a tese mais fraca de que o significado dos nomes é de algum modo equivalente a descrições (chamemos à tese mais fraca a teoria descritivista dos nomes próprios).

Contudo, mesmo a teoria descritivista menos ambiciosa têm sido desde então objecto de críticas severas.

Primeiras objecções

OBJECÇÃO 1

Searle (1958) objectou que, se os nomes próprios são equivalentes a descrições, então para cada nome tem de haver uma descrição particular que lhe é equivalente. Por exemplo, se eu cogitar irreflectidamente

- 5) Wilfrid Sellars era um homem honesto,

o que estou a dizer, dado que conheço vários factos individuadores sobre Sellars? Searle testa uns pares de tipos de descrições possíveis, e considera-as deficientes. Poderíamos supor que “Wilfrid Sellars” é para mim equivalente a “A coisa x e a única coisa x que é *F* e *G* e...,” em que *F*, *G* e os

restantes são *todos* os predicados que eu aplicaria (ou consideraria correctamente aplicáveis) ao homem em questão. Mas isto teria a consequência nefasta de 5, tal como a uso, *implicar*

- 6) Há pelo menos um filósofo com quem tive uma discussão algo violenta na sala de George Pappas em 1979

— e 5 não implica certamente 6, nem para mim nem para qualquer outra pessoa.

Ora, o teste deve fornecer uma resposta mais local para cada uso do nome *e*, como vimos, é plausível pensar que quem fala pode normalmente desembuchar uma descrição razoavelmente específica se for incitada a isso. Mas não é claro que isto ocorra sempre por essa descrição ser o que essa pessoa tinha, de um modo definitivo, em mente. Se me perguntar “Quem é Sellars?,” posso dar várias respostas que me vêm à mente, dependendo do género de informação que penso que o leitor quer acerca de Sellars. Dificilmente se segue que a resposta que eu realmente apresentar é a descrição precisa que o meu uso de “Sellars” exprimiu anteriormente.

Note-se: não se trata apenas de ser difícil *descobrir* que descrição quem falava “tinha em mente” ao proferir um dado nome. A tese mais forte é que pelo menos em muitos casos *não há* uma única descrição determinada que quem fala “tem em mente,” seja consciente seja inconscientemente. Não vejo muitas razões (independentes dos quebra-cabeças semânticos) para pensar que há um facto da questão quanto a “Wilfrid Sellars” ser usado como equivalente a “O autor de “Filosofia e a Imagem Científica do Homem”,” ou “O mais famoso filósofo de Pittsburgh,” ou “O inventor da teoria “Teoria” dos termos mentais,” ou “O homem sobre cujo artigo eu tive de fazer um comentário no Décimo Colóquio de Chapel Hill em 1976,” sem esquecer “O filósofo visitante com quem tive uma discussão algo violenta na sala de George Pappas em 1979.” Quando irreflectidamente proferi 5 não tive de ter qualquer uma destas em particular em mente (ainda que tacitamente).

OBJECÇÃO 2

É inegável que pessoas diferentes sabem coisas diferentes sobre outras pessoas. Em alguns casos, o conhecimento de X sobre Z e o conhecimento de Y sobre Z pode até nada ter em comum. Presumindo que o teste revela as descrições com as quais os nomes são supostamente sinónimos que quem fala tem em mente, segue-se da tese dos nomes que o mesmo nome terá (muitos) sentidos diferentes para diferentes pessoas; todo o nome é múltipla e insondavelmente ambíguo. Pois se os nomes são equivalentes a descrições definidas, são equivalentes a descrições definidas diferentes nas bocas de diferentes pessoas, ou, já agora, a descrições diferentes na boca da mesma pessoa em momentos diferentes, tanto porque o nosso conhecimento varia incessantemente como porque o que é psicologicamente proeminente sobre uma pessoa para outra não pára também de variar.

E as coisas são pioram. Suponha-se que estou a pensar em Wilfrid Sellars como “o autor de “Filosofia e a Imagem Científica do Homem”,” e suponha-se que o leitor está a pensar em Sellars como “O mais famoso filósofo de Pittsburgh.” Nesse caso, seríamos curiosamente incapazes de discordar sobre Sellars. Se eu dissesse “Sellars costumava apertar os sapatos só com uma mão” e o

leitor dissesse “Isso é ridículo; Sellars não fazia isso,” não nos estaríamos a contradizer (do ponto de vista de Russell). Pois a frase que proferi seria uma generalização:

- 7) Uma e uma só pessoa escreveu “Filosofia e a Imagem Científica do Homem,” e quem escreveu “Filosofia e a Imagem Científica do Homem” costumava apertar os sapatos só com uma mão

Ao passo que a sua seria apenas uma generalização diferente:

- 8) Uma e uma só pessoa foi um filósofo mais famoso do que qualquer outro em Pittsburgh, e quem for um filósofo mais famoso do que qualquer outro em Pittsburgh não fazia tal coisa (apertar os sapatos só com uma mão).

E as duas afirmações seriam inteiramente compatíveis de um ponto de vista lógico. O que parecia uma disputa animada, quase a dar em murros, não é de modo algum uma disputa; estamos apenas a falar em dessintonia. Mas isto parece perfeitamente errado.³

A teoria dos agregados de Searle

À luz destas duas objecções (e muitas outras) à versão de Russell da teoria descritivista, John Searle ofereceu uma variante mais flexível e sofisticada. Sugeriu que um nome não está associado a uma descrição particular mas a um agregado vago de descrições. Como Searle afirma, a força de “Isto é *N*,” em que *N* é substituído um nome próprio, é asserir que um número suficiente mas inespecificado de “afirmações habituais de identificação” associadas ao nome se aplica ao objecto indicado por “isto”; isto é, o nome refere seja qual for o objecto que satisfaça um número suficiente mas vago e inespecificado (NSMVEI) das descrições que geralmente lhe estão associadas. (Searle acrescenta a tese metafísica de que *ser* a pessoa *N* é ter um NSMVEI de propriedades relevantes.)

A vagueza é importante; Searle diz que é precisamente o que distingue os nomes das descrições, sendo de facto por isso que temos e usamos os primeiros e não apenas as segundas. Note-se que, se a tese dos nomes estivesse correcta, a única função dos nomes próprios seria poupar fôlego ou tinta; seriam apenas abreviaturas. Searle insiste que, em vez de serem equivalentes a uma só descrição, um nome funciona como um “cabide [...] no qual penduramos descrições” (1958: 172), sendo isso que nos permite desde o início lidar linguisticamente com o mundo.

Precisaríamos de fazer alguns aprimoramentos. Por exemplo, para quem é serliano parece

³ No Capítulo 2 definimos a noção de *denotatum/referente semântico* de uma descrição, e assim poder-se-ia sugerir que isto fornece o ponto de contacto necessário entre os dois disputadores. Mas isso ignoraria o facto de não haver qualquer incompatibilidade entre a 7 de Russell e a 8.

Melhorando a teoria de Russell, um descritivista posterior poderia pôr a tese dos nomes em termos de descrições usadas referencialmente, e apelar ao facto que vimos na nossa discussão de Donnellan de que a comunicação ocorre por via do referente de quem fala e não do referente semântico. Isso introduziria uma noção de “discordância” entre quem fala que seria mais fraca do que um conflito de conteúdo semântico.

natural exigir que um “número suficiente” seja pelo menos *mais de metade* — caso contrário, dois indivíduos obviamente distintos poderiam ser ambos o referente do nome. Além disso, quereríamos certamente dizer que algumas das propriedades identificadoras são mais importantes do que outras na determinação da sua identidade; há uma maneira qualquer de dar maior ou menor peso às descrições identificadoras.

Esta teoria dos agregados permite a Searle evitar as duas objecções que levantámos à perspectiva de Russell. A objecção 1 fica esvaziada porque Searle abandonou o compromisso de que para cada nome tem de haver uma descrição particular que o nome expressa. O nome está apenas ligado a um agregado vago de descrições. A objecção 2 fica enfraquecida (pensa Searle) pelo facto de diferentes pessoas poderem ter em mente diferentes subagregados de material descritivo, e contudo cada uma ter um NSMVEI de descrições identificadoras conseguindo por isso referir o mesmo indivíduo.⁴

Assim, Searle tentou mitigar as objecções iniciais à teoria de Russell oferecendo a sua versão mais flexível da abordagem descritivista, em termos de agregados. Esta versão parece poder ser considerada um meio-termo sensato entre a perspectiva de Russell e a concepção milliana dos nomes, que aparentemente foi desacreditada pelo quatro quebra-cabeças. Mas, partindo de algumas ideias importantes de Ruth Barcan Marcus (1960, 1961), Saul Kripke (1972) sujeitou a tese dos nomes de Russell e a teoria dos agregados de Searle a uma crítica mais cerrada. Argumentou que Searle não se afastou suficientemente de Russell, herdando problemas em grande parte dos mesmos tipos; ao invés, a imagem descritivista dos nomes próprios é toda ela irrazoável. A teoria da referência nunca mais foi a mesma.

A crítica de Kripke

OBJECÇÃO 3

Suponha-se que “Richard Nixon” é equivalente a “o vencedor das eleições presidenciais norte-americanas de 1968.” E agora considere-se uma questão sobre possibilidades. (Questões sobre possibilidade e necessidade chamam-se *modais*; regressaremos a elas no próximo capítulo.) Poderia Richard Nixon ter perdido as eleições de 1968? A resposta parece *inequivocamente* “Sim,” presumindo que “poderia” exprime aqui uma mera possibilidade teórica, lógica ou metafísica, e não algo sobre o estado do nosso conhecimento. Mas segundo a teoria descritivista a nossa pergunta seria a mesma que

⁴ Este aspecto precisa de ser investigado melhor, no mínimo, dado que do ponto de vista de Searle apesar de dois interlocutores poderem conseguir seleccionar o mesmo indivíduo, as frases que irão usar têm mesmo assim diferentes significados e, dado tudo o que se mostrou, podemos mesmo assim ficar com o problema da impossibilidade de discordância.

- 9) É possível que: uma e uma só pessoa ganhou as eleições de 1968 e quem ganhou as eleições de 1968 perdeu as eleições de 1968?

Cuja resposta é claramente “Não.”

A teoria dos agregados de Searle parece oferecer um progresso, pois é possível que uma pessoa que satisfaça um NSMVEI do agregado de descrições associado a “Richard Nixon” no entanto não satisfaça a descrição particular “o vencedor das eleições de 1968.” Mas, lembra Kripke, a possibilidade humana ultrapassa tal coisa: a pessoa individual Nixon poderia não ter feito *qualquer* das coisas geralmente a si associadas. Poderia ter aprendido a fazer sandálias aos doze anos e ter-se dedicado a isso toda a vida, nunca se aproximando sequer da política ou da vida pública, e nunca o seu nome aparecendo no jornal. Contudo, não é obviamente possível que uma pessoa satisfaça um NSMVEI do agregado de descrições associado a “Richard Nixon,” não satisfazendo no entanto qualquer das descrições desse agregado. Do ponto de vista de Searle, a pessoa que se dedicou a fazer sandálias não teria sido o referente de “Richard Nixon” e não teria até sido Richard Nixon. E isto parece errado.

Michael Dummett (1973) retrucou que a objecção 3 é simplesmente inválida, tal como está; pelo menos, repousa num pressuposto escondido falso. Só podemos inferir que a nossa pergunta modal e 9 são sinónimas pressupondo que, se “Richard Nixon” é realmente equivalente a uma descrição, é equivalente a uma descrição que tenha âmbito curto; na terminologia do capítulo 2, isso é uma ocorrência “secundária” com respeito a “É possível que.” E se a descrição relevante tiver âmbito longo? Então não há sinonímia entre a nossa pergunta original e 9, mas sim

- 10) Uma e só uma pessoa ganhou as eleições de 1968 e, com respeito a seja quem for que ganhou as eleições de 1968, será possível que essa pessoa tenha perdido as eleições?

10 é desajeitada; além disso, há outras desambiguações irrelevantes da nossa pergunta devido ao facto de o próprio operador de interrogação ter âmbito, de modo que podemos simplificar tudo usando apenas versões indicativas das duas leituras. A frase

- 11) É possível a Richard Nixon ter perdido as eleições de 1968,

presumindo que “Richard Nixon” é equivalente a “o vencedor das eleições de 1968,” é ambígua entre a leitura de âmbito curto

Possível: $(\exists x)(Gx \ \& \ (y)(Gy \rightarrow y = x) \ \& \ (z)(Gz \rightarrow \neg Gz))$

que corresponde a 11 e é falsa (representei “perdeu” como “não ganhou”), e a leitura de âmbito longo

$(\exists x)(Gx \ \& \ (y)(Gy \rightarrow y = x) \ \& \ (z)(Gz \rightarrow$ Possível: $\neg Gz))$

que é presumivelmente verdadeira. Coloquialmente, 11 quer dizer que uma e uma só pessoa ganhou as eleições e quem ganhou as eleições é tal que poderia tê-las perdido.⁵

Numa jogada semelhante mas mais sofisticada, alguns filósofos aprimoraram a objecção 3 “rigidificando” as descrições nos termos das quais explicam os nomes: compreenda-se “Richard Nixon” não como “o vencedor das eleições de 1968,” mas “o vencedor *efectivo* das eleições de 1968.” Veja-se o próximo capítulo.

OBJECÇÃO 4

Kripke (1972: 83-7) oferece um exemplo (completamente ficcional!) com respeito ao teorema da incompletude de Gödel, um resultado metamatemático famoso. Na ficção de Kripke o teorema foi demonstrado na década de vinte do séc. XX por um homem chamado Schmidt, que morreu misteriosamente sem o publicar. Kurt Gödel apareceu, apropriou-se do manuscrito e publicou-o ignobilmente em seu próprio nome.⁶ Agora as pessoas conhecem Gödel, na sua maior parte, como o homem que demonstrou o teorema da incompletude. Contudo, parece claro que mesmo quem nada mais sabe sobre Gödel profere o nome “Gödel,” referem Gödel e não o completamente desconhecido Schmidt. Por exemplo, quando dizem “Gödel demonstrou o teorema da incompletude,” estão a dizer uma falsidade, por mais bem justificada que esteja a sua crença.

Esta objecção funciona também contra a teoria dos agregados de Searle, tal como contra a perspectiva russelliana clássica. Suponha-se que na verdade ninguém demonstrou o teorema da incompletude; a alegada demonstração de Schmidt tinha um erro irreparável, ou talvez nem tenha existido qualquer Schmidt, e “a demonstração materializou-se simplesmente porque os átomos se espalharam aleatoriamente num pedaço de papel” (p. 86). Neste caso é ainda mais óbvio que os usos que as pessoas fazem de “Gödel” referem, na sua maior parte, Gödel e não qualquer outra pessoa; contudo, todas essas pessoas não têm sequer o apoio de qualquer agregado searliano.

OBJECÇÃO 5

Considere-se a frase

12) Algumas pessoas não estão cientes de que Cícero é Túlio.

12 é ostensivelmente verdadeira mas, se a tese dos nomes for correcta, é difícil interpretá-la, pois “não há qualquer proposição única denotada pela oração “que,” que a comunidade de quem fala português normalmente exprime com “Cícero é Túlio”” (Kripke 1979^b: 245). Dado que “Cícero” e

⁵ Este é um exemplo do afastamento de Russell com respeito a Frege, pois este último não permitia que os nomes próprios tivessem qualquer âmbito.

⁶ Ao introduzir este exemplo na palestra que estava a dar na Universidade de Princeton em 1970, Kripke exclamou: “Espero que o Professor Gödel não esteja presente” (p. 83).

“Túlio” são equivalentes a descrições diferentes para diferentes pessoas, não há um facto único acerca do qual 12 afirme que as pessoas não estão cientes. Ora, se eu asserir 12, a sua oração complementar exprime o que “Cícero é Túlio” significa no *meu* discurso. Mas dado que sei que Cícero é Túlio, associo o mesmo conjunto de descrições (sejam elas quais forem) com ambos os nomes. Suponha-se que, como a maior parte dos filósofos, associo tanto “Cícero” como “Túlio” a “o famoso orador romano que denunciou Catilina e que figura em alguns exemplos famosos de Quine.” Então 12 é equivalente ao seguinte:

- 13) Algumas pessoas não estão cientes de que uma e uma só pessoa foi um famoso orador... [etc.] e uma e uma só pessoa foi um famoso orador... [etc.] e seja quem for que tenha sido um famoso orador... [etc.] foi um famoso orador... [etc.].

Essa frase imensamente redundante é equivalente a:

- 14) Algumas pessoas não estão cientes de que uma e uma só pessoa foi um famoso orador romano que denunciou Catilina e que figura em alguns exemplos famosos de Quine.

Sem dúvida que 14 é verdadeira, mas certamente que não exprime o que 12 *significa*, mesmo quando sou eu que a profiro.

Também não é de modo algum óbvio como poderia Searle lidar com a objecção 5.

OBJECÇÃO 6

Se a tese dos nomes for verdadeira, então todo o nome é “apoiado” por uma descrição que se aplica *unicamente* ao referente do nome. Mas as pessoas associam na sua maior parte “Cícero” apenas a “um famoso orador romano” ou outra descrição indefinida e, digamos, “Richard Feynman” apenas com “um dos principais físicos teóricos contemporâneos”; contudo, estas pessoas não só conseguem usar esses nomes correctamente como conseguem referir Cícero e Feynman respectivamente quando o fazem. Além disso, dois nomes da mesma pessoa, como “Cícero” e “Túlio,” podem muito bem ter a mesma descrição indefinida como apoio e, quando isso ocorre, nenhuma teoria russelliana consegue explicar por que razão não podem ser substituídos em contextos de crença (Kripke 1972: 80 ss., 1979^b: 246-7).

Mais em geral, não é preciso muito para conseguir referir uma pessoa. Keith Donnellan (1970) oferece um exemplo no qual uma criança que foi para a cama dormir é momentaneamente acordada pelos pais. Com eles está o Tomás, um velho amigo da família que veio de visita e queria ver a criança. Os pais dizem “Este é o nosso amigo Tomás,” Tomás diz “Olá, rapazinho!” e o episódio fica-se por aqui; a criança mal acordou. Pela manhã, a criança acorda com uma vaga memória de que o Tomás é simpático. Mas não tem qualquer material descritivo associado ao nome “Tomás”; pode nem se lembrar que o Tomás foi a pessoa que conheceu meio acordado de noite. Contudo, argumento Donnellan, isso não o impede de conseguir referir o Tomás; há uma pessoa que a criança diz que é simpática e essa pessoa é o Tomás.

OBJECÇÃO 7

Russell queria enfaticamente que a sua teoria se aplicasse a nomes *ficcionais* como “Hamlet” e “Sherlock Holmes” e “o almoço gratuito.” Então, se a tese dos nomes estiver correcta, qualquer frase que contenha um nome ficcional numa posição “primária” ou de âmbito longo será falsa. Por exemplo,

15) Sherlock Holmes viveu no número 221B da Rua Baker

será falsa porque é supostamente equivalente a

16) Uma e uma só pessoa foi [isto, *existe* exactamente uma pessoa que foi] um detective famoso que... [etc.] e quem foi um detective famoso que... [etc.] viveu no número 221B da Rua Baker,

e 16 é falsa (pois essa pessoa nunca existiu de facto). Mas algumas frases ficcionais, como a própria 15 e “Hamlet era dinamarquês,” são *verdadeiras*, ou pelo menos não são falsas.

Russell não ficaria muito persuadido por este argumento, dado não ter qualquer inclinação para dizer que é *verdade*, em vez de meramente “verdade faz-de-conta” ou “verdade na ficção,” que Holmes vivia na Rua Baker, ou qualquer outro exemplo. (Note-se bem: se fosse verdade que Holmes viveu na Rua Baker, então seria uma verdade sobre a Rua Baker, um lugar real até hoje, que teve Holmes como seu residente. Além disso, se tais frases fossem verdadeiras apenas em virtude de alguém as ter escrito em livros ou histórias populares, então seria igualmente verdade que Holmes *existiu*, que Hamlet existiu, etc., dado que as pessoas também dizem essas coisas em livros e histórias; estranhamente, este aspecto passa muitas vezes despercebido.) Contudo, algumas pessoas querem insistir que as frases ficcionais são literalmente destituídas de valor de verdade e não *falsas*; se o leitor simpatizar com esta posição, quererá defender uma teoria kripkiana dos nomes ficcionais e não a de Russell (Kripke 1972: 156-8). Donnellan (1974) defende pormenorizadamente uma teoria assim.

Kripke tem uma objecção mais, e mais fundamental, à teoria descritivista, mas exige um pouco de maquinaria técnica. Precisaremos dessa maquinaria outra vez, de qualquer maneira. Desenvolvê-la-ei no próximo capítulo.

Sumário

- Os quatro quebra-cabeças lógicos sobre a referência surgem tão insistentemente nos nomes comuns como anteriormente nas descrições definidas.
- Frege ofereceu soluções em termos do que chamava “sentidos,” mas as soluções não são realmente explicativas.
- Em resposta, Russell alargou a sua teoria das descrições defendendo a tese dos nomes.
- Mas a tese dos nomes enfrenta pelo menos duas objecções poderosas.
- Searle oferece uma versão mais flexível da teoria descritivista, a teoria dos aglomerados, que evita as objecções iniciais.

- Mas Kripke arregimenta chusmas de objecções complementares que se aplicam conta tanta tenacidade à perspectiva de Searle quanto à teoria mais estrita de Russell.

Questões

1. Serão as soluções de Frege para os quebra-cabeças realmente soluções, afinal? O que explicam, na ausência do pressuposto de que os “sentidos” tomam a forma de descrições?
2. Suponha-se que o leitor rejeita a tese dos nomes. Como poderia então resolver os quatro quebra-cabeças, com respeito aos nomes?
3. Responda em nome de Russell a uma ou mais das duas primeiras objecções; ou invente novas objecções.
4. A teoria dos aglomerados de Searle evita realmente as objecções 1 e 2, coisa que a versão mais estrita do descritivismo de Russell não conseguia fazer?
5. Consegue conceber uma objecção à teoria de Searle que *não* se aplique à teoria original de Russell?
6. Pode Russell refutar qualquer das objecções 3-7 de Kripke? Mesmo que Russell não possa fazê-lo, poderá Searle?

Leitura complementar

- A tese dos nomes de Russell é defendida de modo mais acessível em “The Philosophy of Logical Atomism” (1918).
- Para algumas críticas à tese dos nomes semelhantes às de Kripke, veja-se Donnellan (1970).
- Searle (1979^a) trata da questão dos nomes ficcionais no capítulo 3. Responde a algumas objecções de Kripke no capítulo 9 de Searle (1983). Mais em geral, há uma bibliografia imensa sobre nomes ficcionais; veja-se, por exemplo, Everett e Hofweber (2000), Braun (2005) e as referências aí incluídas.
- Burge (1973), Loar (1976), Bach (1987) e outros têm defendido géneros mais específicos da teoria descritivista contra Kripke, versões que evitam algumas das objecções.